



**FORMAÇÃO DE PROFESSORES EM EDUCAÇÃO AMBIENTAL NOS ANAIS DA
ANPED (2012-2015)**

***TRAINING OF TEACHERS IN ENVIRONMENTAL EDUCATION IN THE ANNALS OF
ANPED (2012-2015)***

Catarina Teixeira
Maria Bernadete Sarti da Silva Carvalho

RESUMO

A formação de professores é a estratégia básica para o desenvolvimento de práticas de Educação Ambiental (EA). Compreendendo a importância da formação de professores em Educação Ambiental, o presente trabalho buscou levantar como a formação de professores em EA foi abordada nas três últimas reuniões (2012, 2013 e 2015) da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação (ANPEd). Primeiro realizamos a leitura de todos os resumos publicados pelo Grupo de Trabalho 22 nos encontros nacionais da ANPEd, em seguida foram selecionados quatro textos completos que abordavam o foco temático da investigação. Analisamos pelo método de análise de conteúdo, por meio do qual foram identificadas as seguintes categorias: A importância da EA crítica nos processos formativos; reducionismo da EA crítica e interdisciplinaridade na EA. Os resultados confirmaram a importância de refletir sobre a formação de professores intelectuais transformadores que vislumbra uma EA crítica, que atue na transformação social, econômica e política.

PALAVRAS-CHAVE: formação docente; educação ambiental; ANPEd

ABSTRACT

Teacher training is the basic strategy for the development of Environmental Education (EE) practices. Understanding the importance of teacher education in Environmental Education, the present study sought to show how teacher training in AE has been addressed in the last three meetings (2012, 2013 and 2015) of the National Association of Postgraduate and Research in Education (ANPEd). First he read all abstracts published by Working Group 22 at ANPEd national meetings, and then selected four full texts that addressed the thematic focus of the research. The content analysis method was carried out, through which the following categories were identified: The importance of critical AI in the training processes; Reductionism of critical and interdisciplinary EA in EE. The results revealed the importance of reflecting on the formation of transforming intellectual teachers that envisions a critical EE, which acts in social, economic and political transformation.

KEYWORDS: teacher training; environmental education; ANPEd



INTRODUÇÃO

No enfrentamento da degradação ambiental coloca-se em evidência a educação como um caminho reconhecido de grande significado no entendimento e na busca de soluções para os complexos e diversificados problemas relacionados com as alterações ambientais provocadas pela relação da sociedade com a natureza (CARVALHO, 1989).

Nessa perspectiva como dimensão da educação temos a Educação Ambiental (EA), definida no artigo 2º das Diretrizes Curriculares Nacionais (2012) como:

Educação Ambiental é uma dimensão da educação, é atividade intencional da prática social, que deve imprimir ao desenvolvimento individual um caráter social em sua relação com a natureza e com os outros seres humanos, visando potencializar essa atividade humana com a finalidade de torná-la plena de prática social e de ética ambiental. (BRASIL, 2012).

Segundo Oliveira e Carvalho (2012, p.253) a Educação Ambiental pode ser entendida “como uma prática educativa que procura articular os aspectos políticos, sociais, econômicos e ambientais no processo de formação dos sujeitos-cidadãos”.

A temática ambiental vem sendo discutida a partir de diferentes concepções teórico-metodológicas, de acordo com Carvalho (2015), devemos considerar que o processo de construção de significados sobre a temática ambiental e sobre a educação relacionada com a questão ambiental é um processo complexo, no qual fatores de naturezas diversas estão em constante interação. “É a partir dessa complexidade que o discurso ambiental e as práticas educacionais dele decorrentes são socialmente construídos e elaborados”. (CARVALHO, 2015, p. 11).

No Brasil, após a discussão e aprovação da Política Nacional de Educação Ambiental, Lei nº 9.795 de 1999, a Educação Ambiental começa a ganhar mais visibilidade no país, passando a ser amplamente discutida nos espaços formais e não formais de educação (GUIMARÃES; ALVES, 2012). A partir do ano 2001, isso se fortalece com a realização do I Encontro de Pesquisa em Educação Ambiental (EPEA), em 2002 surge a Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ambiente e Sociedade (ANPPAS), no ano de 2003, na ANPEd (Associação Nacional de Pós-



Graduação e Pesquisa em Educação) cria o grupo de estudos sobre a EA, que deu origem em 2005 ao GT 22 de Educação Ambiental (CARVALHO; FARIAS,2010).

De acordo com de Rink e Megid (2009), ao analisarem as características e tendências dos 303 artigos apresentados nos Encontros de Pesquisa em Educação Ambiental (EPEA) realizados nos anos de 2001, 2003, 2005 e 2007, verificaram que os trabalhos referentes à Formação de Professores/Agentes em EA tiveram crescimento ao longo dos eventos.

Carvalho e Farias (2010), corroboram com esses dados, pois ao realizarem um levantamento sobre o que tem sido produzido em EA nos trabalhos apresentados nos encontros da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação (ANPEd), da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ambiente e Sociedade (ANPPAS) e nos Encontros de Pesquisa em Educação Ambiental (EPEA), entre 2001 e 2009, apontaram uma expressiva produção de trabalhos de Educação Ambiental na formação de professores/educadores, sendo que este tema configurou entre as cinco temáticas mais discutidas.

Fica bastante evidente que ao considerarmos a produção da pesquisa relacionada com a educação ambiental no Brasil, o tema da formação do professor, tanto nas modalidades inicial e continuada, tem recebido atenção dos pesquisadores, podendo ser identificado como um dos temas que têm se destacado. (VALENTIN; CARVALHO, 2015, p. 5).

Desde a década de 90 alguns autores (ANDRÉ *et. al*, 1999; CARVALHO; SIMÕES, 2002; BRZEZINSKI; GARRIDO, 2002; ANDRÉ, 2009; ROMANOWSKI, 2012) têm realizado pesquisas no Brasil com o intuito de conhecer e analisar a produção acadêmica sobre Formação de professores e verificaram que dentre os trabalhos de formação de professores, vários abordam as questões ambientais.

Um dos trabalhos foi realizado por Marli André (2009) que pesquisou nas teses e dissertações defendidas entre 1990 e 2003 sobre a formação de professores e o trabalho aponta que meio ambiente é dos conteúdos emergentes nas pesquisas:

Quanto aos conteúdos emergentes, André (2000) indicou que na década de 1990 despontavam questões relativas ao meio ambiente [...] Algumas dessas previsões realmente se efetivaram quando foram analisadas as pesquisas dos anos 2000, como a temática do meio ambiente. (ANDRÉ, 2009, p. 49)



A pesquisa realizada por André (2009), mostra que a temática meio ambiente, em geral, visa investigar como essas questões são tratadas nos cursos de formação inicial e na formação continuada.

A formação de professores é definida pela Política Nacional de Educação Ambiental, como estratégia básica para o desenvolvimento de práticas de Educação Ambiental.

Art. 8º § 2º A capacitação de recursos humanos voltar-se-á para:
I - a incorporação da dimensão ambiental na formação, especialização e atualização dos educadores de todos os níveis e modalidades de ensino (BRASIL, 1999, art. 8).

Destaca-se ainda a Resolução nº 2, de 15 de junho de 2012 que estabelece as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Ambiental (DCNEA) (BRASIL, 2012), que de acordo com Saheb (2015) a tarefa de inserção da EA nos currículos atribuída às escolas de todos os níveis de ensino, impacta também no processo de formação docente em nível superior.

Segundo Valentin e Carvalho (2015) são vários os estudos que têm indicado a importância dos processos de formação inicial e continuada de professores para a qualidade da educação escolar. Mas, a Educação Ambiental é um campo relativamente novo quando comparada com áreas já tradicionalmente presentes no contexto escolar, sendo assim, é de suma importância problematizar cada vez mais a formação de professores no âmbito da EA e conhecer as pesquisas sobre essa temática.

Com intuito de conhecer sobre a formação de professores em Educação Ambiental, Guimarães e Alves (2012), realizaram uma análise dos anais da ANPEd, entre 2009 a 2011, e verificaram que os trabalhos apresentados sobre formação de professores em Educação Ambiental fazem críticas sobre o reducionismo da EA; mostraram a Educação Ambiental crítica como possibilidade de superação da Educação Ambiental vigente; elucidaram experiências de EA mediadas pela pesquisa-ação e apontaram desafios na operacionalização da legislação que institui a EA na formação de professores.

Tendo em conta essas considerações, o presente artigo tem por objetivo realizar um levantamento dos aspectos abordados nos trabalhos com a temática da formação dos



professores em EA tem sido abordada nos trabalhos publicados no GT 22 das reuniões nacionais da ANPEd nos anos de 2012, 2013 e 2015¹.

Com intuito de examinar os resultados dos trabalhos levantados no presente estudo, dialogo com Giroux (1997) que descreve sobre os professores intelectuais transformadores, no qual o autor enfatiza a importância sobre a formação do educador no compromisso emancipatório da sociedade e salienta o “papel que os professores desempenham na produção e legitimação de interesses políticos, econômicos e sociais variados através das pedagogias por eles endossadas e utilizadas”. (GIROUX, 1997, p.161).

Os professores como intelectuais devem ser vistos em termos dos interesses políticos e ideológicos que estruturam a natureza do discurso, relações sociais em sala de aula e valores que eles legitimam em sua atividade de ensino (GIROUX, 1997).

De acordo com Giroux (1997, p. 163) “os professores deveriam se tornar intelectuais transformadores se quiserem educar os estudantes para serem cidadãos ativos e críticos.”

PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

A concretização dessa pesquisa ocorreu por meio de uma investigação de abordagem qualitativa, pois nela “os dados recolhidos são em forma de palavras ou imagens e não de números” (BOGDAN; BILKEN, 1994, p. 48)

Esta pesquisa tem por base os trabalhos do GT 22 publicados nos anais eletrônicos das reuniões nacionais da ANPEd dos anos de 2012, 2013 e 2015.

A escolha pelas publicações da ANPEd deve-se ao reconhecimento que essa organização possui no País. Segundo Carvalho e Farias (2010, p. 1):

A ANPEd é a associação científica mais antiga e prestigiada em Educação no Brasil e desde 1976 congrega associados em âmbito nacional. Seu objetivo é a consolidação do ensino de pós-graduação e da pesquisa educacional no país. Atualmente, as Reuniões da ANPEd são consideradas pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) eventos “Qualis Internacional A” na área de Educação.

¹ A ANPEd até o ano de 2013 realizava reuniões anuais, depois passou a realizar as reuniões de dois em dois anos. Por isso, nessa pesquisa não cita o ano de 2014.



Ao longo dos anos, esta associação tem se projetado como um importante fórum de debates das questões científicas e políticas da área, tornando-se referência para acompanhamento da produção brasileira no campo educacional.

Para elaboração deste artigo realizamos a leitura de todos os resumos dos trabalhos publicados nos anos citados, ao todo foram lidos 37 resumos.

Em seguida realizamos a seleção dos trabalhos cujos resumos mencionavam formação de professores na área de educação ambiental. Dos 37 resumos: 17 trabalhos foram publicados em 2012 e três foram selecionados, dos 7 trabalhos publicados em 2013, nenhum trabalho foi selecionado e dos 13 trabalhos publicados em 2015 apenas um atendeu a temática que é foco desse artigo. Desse modo, foram selecionados quatro artigos para um estudo mais detalhado.

Após leitura detalhada dos trabalhos completos, foi realizado o método de análise de conteúdo, que conforme Bardin (2009), visa dispor de forma ordenada os dados, primeiro se realiza uma pré-análise, depois a exploração do material ou codificação e, por fim, o tratamento, inferência e interpretação dos resultados. Assim, os elementos semelhantes entre si podem ser organizados em categorias.

A categorização permite reunir maior número de informações à custa de uma esquematização e assim correlacionar classes de acontecimentos para ordená-los. A categorização representa a passagem dos dados brutos a dados organizados (BARDIN, 2009).

A partir dessa desse procedimento de análise, organizamos três categorias: A importância da EA crítica nos processos formativos; Reduccionismo da EA crítica e Interdisciplinaridade na EA. A organização em categorias proporcionou a compreensão das abordagens que os autores têm trabalhado nas pesquisas sobre formação de professores em Educação Ambiental divulgados nos anais da ANPEd.

DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

Com a análise dos trabalhos, verificamos que dos 37 resumos, 11% dos trabalhos do GT 22 da ANPEd abordaram formação de professores nos anos 2012, 2013 e 2015. Comparado com o triênio (2009, 2010 e 2011) analisados pelas autoras Guimarães e



Alves (2012), no qual dos 44 resumos analisados sete foram selecionados para um estudo mais detalhado, sendo 16% do total dos trabalhos, verifica-se que diminuiu nos últimos anos os trabalhos apresentados no GT 22, como também diminuiu os trabalhos sobre formação de professores do GT 22.

Na análise dos anos de 2009, 2010 e 2011 as autoras Guimarães e Alves (2012), descreveram em uma categoria, as experiências mediadas pela pesquisa-ação, devido ao fato de alguns dos trabalhos sobre formação de professores em EA que foram analisados terem desenvolvido a metodologia de pesquisa-ação, na atual análise, 2012, 2013 e 2015, não ocorreu nenhuma pesquisa que se baseou nessa metodologia.

Dos quatro trabalhos analisados dos anos de 2012, 2013 e 2015, três são de universidades públicas do Rio de Janeiro e um de uma universidade particular de Minas Gerais. Todos os trabalhos envolveram professores em formação continuada, sendo primeiro trabalho (T.1) com professores do curso de Pedagogia de uma universidade pública do Paraná, o segundo trabalho (T.2) o foco foram os professores do curso de pedagogia de uma universidade federal e professores do curso de geografia de uma universidade estadual ambas do Rio de Janeiro; o terceiro (T.3) envolveu professores da rede pública de ensino e alunos do mestrado em Educação de uma universidade pública do Rio de Janeiro e o quarto trabalho (T.4) envolveu professores da educação básica do estado do Rio de Janeiro.

Nos trabalhos analisados os autores citados em mais de um trabalho que abordam Educação Ambiental, foram Mauro Guimarães, Carlos Frederico Loureiro e Marília Tozoni-Reis. Sobre o autores que trabalham com formação de professores os autores citados em mais de um trabalho foram Henry Giroux e Bernadete Gatti.

Os trabalhos analisados reforçam que um dos elementos essenciais na formação do professor é a formação continuada. Na formação de professores em EA é relevante apontar que muitos dos professores que estão nas salas de aula, não tiveram na sua formação inicial, nenhum tipo de contato com a temática ambiental, portanto, não tiveram oportunidade de desenvolver reflexão a respeito do tratamento dela no âmbito educativo, reforçando a importância dos processos de formação continuada em educação ambiental. (MANZOCHI; CARVALHO, 2008).



Nessa pesquisa foram sistematizadas a partir da análise dos trabalhos as categorias: A importância da EA crítica nos processos formativos que foi identificada em 50% dos trabalhos (2); reducionismo da EA crítica que pode ser identificada em 75% dos trabalhos (3) e interdisciplinaridade da EA que foi identificada em 50% dos trabalhos (2).

A IMPORTÂNCIA DA EA CRÍTICA NOS PROCESSOS FORMATIVOS

Essa categoria apresenta a Educação Ambiental Crítica como possibilidade de superar e romper com a Educação Ambiental conservadora que está presente nos ambientes formais de ensino. Layrargues e Lima (2014, p. 27) apontam que:

Em um momento inicial, concebia-se a Educação Ambiental como um saber e uma prática fundamentalmente *conservacionista*, ou seja, uma prática educativa que tinha como horizonte o despertar de uma nova sensibilidade humana para com a natureza, desenvolvendo-se a lógica do “conhecer para amar, amar para preservar”, orientada pela conscientização “ecológica” e tendo por base a ciência ecológica. (LAYRARGUES; LIMA, 2014, p. 27)

O trabalho 3 (T.3) desenvolvido por Rodrigues (2012, p. 10) traz afirmação, em pesquisa realizada junto aos professores em formação que:

O salvacionismo atribuído ao processo educativo ambiental comportamentalista, e romanticamente reproduzido, transparece forte nos questionários como se, transmitindo a teoria, transmitindo as informações, fosse possível resolver a problemática socioambiental de uma vez por todas.

A EA crítica surge com o intuito de romper com o padrão societário vigente e do modelo de dominação da natureza. O T.3 aponta para uma visão crítica capaz de superar uma visão ideológica de mundo em seu caráter hegemônico, necessita que os processos formativos em EA tenham referenciais que superam visões e práticas conservadoras. Afirma também que a “educação pode ser um mecanismo de dominação ideológica para a manutenção da ordem social vigente, assim como pode ser um mecanismo para a disputa desse campo por meio de forças contra-hegemônicas.” Em outro trecho o autor salienta:

Para tanto, a formação de educadores ambientais é um instrumento que – levando-se em conta o inacabamento do ser humano – caminha



concomitante à ideia de transformação, isto se coerente com uma EA crítica, emancipatória e, portanto, transformadora. (RODRIGUES, 2012, p.1)

No T.2, publicado por Queiroz (2012) aponta que introduzir a EA Crítica nos processos formativos implica repensar a educação e sua relação com as questões socioambientais, políticas e econômicas.

O papel social do educador, agente de transformação da realidade, é fundamental, mas, para tanto, esse sujeito precisa estar preparado e comprometido com a formação de cidadãos atuantes em prol de uma sociedade diferente desta. (QUEIROZ, 2012, p.6)

Para o autor a EA deve ser desenvolvida na formação de professores e fazer parte da sua prática pedagógica, com o intuito de estimular a capacidade crítica dos cidadãos. A formação de professores na EA crítica de acordo com o T.3 “deve buscar a superação das concepções tradicionais do processo educacional, as quais são sustentadas por uma lógica formal que hierarquiza, fragmenta e disciplinariza conhecimentos e conteúdos, propondo, ainda, uma estrutura curricular rígida.” (QUEIROZ, 2012, p. 11)

Acreditamos que a EA crítica é uma das possibilidades para contribuir para uma transformação da atual sociedade. Giroux (1997) enfatiza a necessidade de uma formação que não seja apenas resistência estritamente pessoal, mas sim que seja desenvolvida coletivamente e com caráter contra-hegemônico.

Giroux (1997, p. 163) nos lembra que:

Tornar o político mais pedagógico significa utilizar formas de pedagogia que incorporem interesses políticos que tenham natureza emancipadora; isto é, utilizar formas de pedagogia que tratem os estudantes como agentes críticos; tornar o conhecimento problemático; utilizar o diálogo crítico e afirmativo; e argumentar em prol de um mundo qualitativamente melhor para todas as pessoas. Em parte, isto sugere que os intelectuais transformadores assumam seriamente a necessidade de dar aos estudantes voz ativa em suas experiências de aprendizagem. Também significa que desenvolver uma linguagem crítica que esteja atenta aos problemas experimentados em nível de experiência cotidiana, particularmente enquanto relacionados com as experiências pedagógicas ligadas à prática em sala de aula.

Assim, tornar o político mais pedagógico exige que os professores elaborem juntos práticas pedagógicas que instiguem a promoção de agentes sociais críticos e transformadores.



REDUCCIONISMO DA EA CRÍTICA

Nessa categoria estão os trabalhos, no qual mostram que o discurso dos professores possui traços críticos, mas ainda têm visões ingênuas sobre a Educação Ambiental crítica, simplificando ou reduzindo o verdadeiro sentido da EA contra-hegemônica.

No T.4 Oliveira (2012), enfatiza que atualmente muitos professores se consideram críticos, porém tem várias atitudes que podem ser chamadas de *pseudo-criticidade*, pois são discursos que tem uma certa banalização do que vêm a ser ações verdadeiramente críticas e, desse modo, há um enunciado crítico, mas que mantém a ingenuidade sobre o tema. Oliveira (2012) identifica em seu trabalho que:

nas análises dos questionários, sobressaem visões individualizantes e/ou sobressaem visões que manifestam a importância do coletivo o qual, não obstante seja menos ingênuo, continua atrelado a mudanças comportamentais, a mudanças que não questionam o padrão societário vigente e que não problematizam esse coletivo como não homogêneo. (OLIVEIRA, 2012, p. 9)

Situação parecida foi relatada no T.3, que constatou um discurso ambientalista nas falas dos educadores que ele entrevistou. O autor afirma que sobre as práticas em EA todos os educadores comentaram a inter-relação entre as questões socioambientais.

Todavia, ao afirmar ser o meio ambiente “tudo” (como muitos fizeram), perde-se um pouco essa compreensão, já que não se entende deveras a complexidade desse “tudo”, transpondo as práticas de EA em atividades ingênuas que, não relacionadas com o “tudo” de que falam, tornam-se atividades pontuais. (RODRIGUES, 2012, p. 9)

O T.3 aponta que muitos professores continuam presos a mudanças comportamentais ou a mudanças que não questionam o padrão societário vigente e que não problematizam esse coletivo como não homogêneo. Tendo, os professores visões hegemônicas e reducionistas do papel da EA crítica.

Um das ideias recorrentes em alguns discursos de professores que dizem trabalhar com Educação Ambiental Crítica, de acordo com o T.3 é o conceito de cidadania sempre presente “atrelado à ideia de direitos e deveres, isto é, restringe-se aos direitos individuais e à propriedade de sua soma aos interesses da manutenção da sociedade



capitalista, a qual tem como principal pilar de sustentação a economia de mercado.” (OLIVEIRA, 2012, p.13)

No trabalho T.3 o autor afirma que a cidadania também é entendida por alguns professores como um ato de solidariedade entre as pessoas, sendo esta uma ideia reducionista.

Para Saheb (2015), no trabalho T.1, é frequente nos discursos dos professores a intenção de mudar comportamentos individuais e coletivos a fim de produzir transformações, entretanto, quando se questiona a prática, poucos conseguem exemplificar como desenvolvem essas reflexões em sua prática pedagógica.

A problemática desses discursos estão relacionados aos processos de formação dos professores, no qual ainda se tem ideologias instrumentalistas que enfatizam uma abordagem tecnocrática para a preparação dos professores e também para a pedagogia de sala de aula (GIROUX, 1997). A maioria dos professores não vivenciam nos seus processos de formação em Educação Ambiental uma reflexão crítica, e portanto em suas atividades de EA acabam reproduzindo um pensamento reducionista e conservador.

“Os programas de educação de professores poucas vezes estimulam os futuros professores a assumirem seriamente o papel do intelectual que trabalha no interesse de uma visão de emancipação” (GIROUX, 1997, p. 198).

INTERDISCIPLINARIDADE NA EA

Essa categoria mostra que alguns trabalhos que reforçam que Educação Ambiental deve acontecer nos espaços formativos de forma interdisciplinar, sendo esse um dos princípios dos documentos e legislações que regem a EA.

No trabalho T.2, Queiroz (2012) analisa que o fato dos currículos de formação de educadores não se basearem na interdisciplinaridade, muitos professores, mesmo enfatizando a importância dessa forma de abordagem, ainda não vê possibilidades da efetivação da interdisciplinaridade da EA a curto prazo. Há uma fragmentação/especialização curricular na Universidade, sendo esse um dos entraves



para a inserção da EA de forma interdisciplinar. Outro fator que agrava esse cenário é a escassez de discussões entre os diversos atores envolvidos – docentes, discentes e gestores (QUEIROZ, 2012).

Há inúmeras dificuldades que impedem o desenvolvimento da prática interdisciplinar na EA, de acordo com o T.2 os professores do curso de pedagogia apontam, a relação dos próprios docentes com o conhecimento bem como o predomínio de um pensamento cartesiano.

Saheb (2015, p. 2), no T.1 aponta que a Educação Ambiental é uma práxis pedagógica, que deva ter “processo pedagógico voltado para a construção de um conhecimento interdisciplinar”. Sendo a EA um “resultado do diálogo entre diferentes disciplinas e experiências educacionais, devendo então, ser adotada a partir de um enfoque global enraizado numa ampla base interdisciplinar”

No mesmo trabalho a EA é apresentada como tendo por princípio a interdisciplinaridade, ou seja, a orientação de um processo de construção de um conhecimento voltado ao desenvolvimento de habilidades para a problematização das questões socioambientais requer que o sujeito perceba o contexto, o global (a relação todo e partes), o multidimensional e o complexo. (SAHEB, 2015, p. 7)

Sendo assim, para que ocorra uma prática interdisciplinar da Educação Ambiental precisamos reconhecer o papel fundamental do professor intelectual nesse processo, de acordo com Giroux (1997, p. 162) é necessário:

encarar os professores como intelectuais também fornece uma vigorosa crítica teórica das ideologias tecnocráticas e instrumentos subjacentes à teoria educacional que separa a conceitualização, planejamento e organização curricular dos processos de implementação e execução. É importante enfatizar que os professores devem assumir responsabilidade ativa pelo levantamento de questões sérias acerca do que ensinam, como devem ensinar, e quais são as metas mais amplas pelas quais estão lutando. (GIROUX, 1997, p.162)

Trabalhar a temática ambiental de forma interdisciplinar é um dos princípios da Educação Ambiental, mas é necessário incentivar a participação dos professores nos processos formativos, no qual possam assumir a responsabilidade pela construção das atividades interdisciplinares de EA, com intuito de romper as barreiras da organização curricular e fortalecer a importância do professor como intelectual transformador.



CONSIDERAÇÕES FINAIS

O estudo realizado possibilitou conhecermos a partir dos resultados como a temática da formação de professores em EA tem sido abordada pelos trabalhos publicados nas últimas reuniões da ANPEd e quais são as principais abordagens presentes nesses trabalhos.

Torna-se de grande relevância repensar a formação de professores em EA, para que sejam professores intelectuais transformadores, de forma que os professores vislumbrem que podem promover um processo de ensino e aprendizagem de luta contra hegemônica e que possam trabalhar coletivamente construindo estratégias interdisciplinares que repense a organização curricular e fortaleça a Educação Ambiental.

Sendo assim, destacamos a importância de trabalhos que reflita sobre a formação de professores intelectuais transformadores que vislumbre uma EA crítica, que atue na transformação social, econômica e política.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANDRÉ, M. E. D. A. A produção acadêmica sobre formação de professores: um estudo comparativo das dissertações e teses defendidas nos anos 1990 e 2000. **Form. Doc.** Belo Horizonte, v. 01, n. 01, p. 41-56, ago./dez. 2009. Disponível em <<http://formacaodocente.autenticaeditora.com.br>>. Acesso em 12 ago. 2016.

BOGDAN, R.; BIKLEN, S. **Investigação qualitativa em educação**. Porto: Porto Editora, 1994.

BRASIL. **Lei nº 9.795**, de 27 de abril de 1999. Institui a Política Nacional de Educação Ambiental. Brasília, 1999. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9795.htm>. Acesso em: 10 ago. 2014.

BRASIL. **Resolução n. 2**, de 15 de junho de 2012. Estabelece as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Ambiental. Brasília, 2012. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/publicacao13.pdf>>. Acesso em 10 de agosto de 2014.



CARVALHO, I. C. M.; FARIAS, C. R. O. Um balanço da produção científica em EA de 2001 A 2009 (ANPED, ANPPAS E EPEA). **Revista Brasileira de Educação**. v. 16 n. 46 jan.|abr. 2011. p. 119-134.

CARVALHO, L. M. de. **A temática ambiental e a escola de primeiro grau**. 1989. 286 p. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1989.

CARVALHO, L.M. A temática ambiental e o processo educativo: dimensões e abordagens. In: CINQUETTI, H.C.S.; LOGAREZZI, A. (Org.). **Consumo e resíduo: fundamentos para o trabalho educativo**. São Carlos: EdUFSCar, p. 19-41. 2006.

CARVALHO, L. M. de. **Pesquisa Em Educação Ambiental No Brasil: Um Campo Em Construção?** 2015, 455 f. Tese (Livre-Docência em Educação Ambiental), Departamento de Educação. Universidade Estadual Paulista ‘Júlio de Mesquita Filho’, Rio Claro, 2015.

GIROUX, H. A. **Os professores como intelectuais: rumo a uma pedagogia crítica da aprendizagem**. Porto Alegre: Artes Médicas, p. 157-164. 1997.

GUIMARÃES, J. de M. M.; ALVES, J. M. Formação de professores na área de Educação Ambiental: uma análise dos anais da ANPEd (2009-2011). **Pesquisa em Educação Ambiental**, v. 7, n. 1, p. 49-66, dez. 2012. Disponível em: <<http://www.revistas.usp.br/pea/article/view/55942/59328>>. Acesso em: 17 dez. 2015.

LAYRARGUES; P.P.; LIMA, G. F.C. As macrotendências político-pedagógicas da educação ambiental brasileira. **Ambiente & Sociedade**, v. XVII, n. 1, pp.23-40. 2014.

MANZOCHI, L. H.; CARVALHO, L. M. EA formadora de cidadania em perspectiva emancipatória: constituição de uma proposta para a formação continuada de professores. **Pesquisa em Educação Ambiental**. São Carlos/ Sorocaba: UFSCar; Rio Claro: UNESP/IBRC; Ribeirão Preto: USP/FFCLRP. vol.3, n.2, jul-dez. 2008. p. 103-124.

QUEIROZ, E. D. Caminhos para a inserção da dimensão socioambiental na formação inicial de educadores: possibilidades e obstáculos encontrados. In: **Reunião Anual da ANPEd**, 35, 2012, Porto de Galinhas. Disponível em: http://35reuniao.anped.org.br/images/stories/trabalhos/GT22%20Trabalhos/GT22-1397_int.pdf. Acesso em: 28 out. de 2016

OLIVEIRA, A. L. Discutindo a práxis participativa: concepções e contribuições à Educação Ambiental Crítica da baixada fluminense. In: **Reunião Anual da ANPEd**, 35, 2012, Porto de Galinhas. Disponível em: http://35reuniao.anped.org.br/images/stories/trabalhos/GT22%20Trabalhos/GT22-1577_int.pdf. Acesso em: 28 de out. 2016



OLIVEIRA, M. G.; CARVALHO, L. M. Políticas públicas de formação de professores e de educação ambiental: possíveis articulações? **Revista Contemporânea de Educação**, v 7, n. 14, p. 252-275, agosto/dezembro de 2012.

RINK, J.; MEGID NETO, J. Tendências dos artigos apresentados nos Encontros de Pesquisa em Educação Ambiental (EPEA). **Educação em revista**, Belo Horizonte, vol.25, n.3, p.235-263, dez.2009.

RODRIGUES, J. N. A imprescindível adoção da teoria crítica na formação do educador ambiental: um caminho para o enfrentamento da crise socioambiental e para a transformação da relação desigual homem-sociedade-natureza. In: **Reunião Anual da ANPEd**, 35, 2012, Porto de Galinhas. Disponível em: http://35reuniao.anped.org.br/images/stories/trabalhos/GT22%20Trabalhos/GT22-1288_int.pdf. Acesso em: 28 de out. 2016

SAHEB, D. Os sete saberes de Morin e sua contribuição para a formação de educadores ambientais. In: **Reunião Anual da ANPEd**, 37, 2015, Florianópolis. Disponível em: <http://www.anped.org.br/sites/default/files/trabalho-gt22-4161.pdf>. Acesso em: 28 out. de 2016

VALENTIN, L. CARVALHO, L. M. **Processo de formação continuada de professores em educação ambiental**. 2015. Disponível em: <http://www.fe.ufg.br/nedesc/cmvm/controle/DocumentoControle.php?oper=download&cod=1309> Acesso em 04 de setembro de 2016.